

Este texto foi apresentado a evento da

ASSOCIAÇÃO DAS UNIVERSIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA
(angola, brasil, cabo verde, guiné-bissau, moçambique, portugal, são tomé e príncipe)
7º encontro – 31/3 a 4/4/1997 – rio de janeiro

LITERATURA DE DISSIDÊNCIA, DISCURSO E IDEOLOGIA

Cicero Galeno Lopes

Introduzo o conceito de literatura de dissidência, na discussão da literatura brasileira. Esse conceito, enquanto categoria de análise e de crítica, se mostra especialmente profícuo no estudo da produção literária brasileira, se for associado às concepções de dialogismo e hibridação literários, conforme tenho observado em pesquisa.

A literatura de dissidência é um já antigo veio, sem nacionalidade definida, que tem se preocupado com o povo de baixo, ou do subsolo. É a literatura que envolve no enredo personagens anti-heroicos (levando-se em consideração os conceitos tradicionais de heroicidade literária), característicos da Modernidade e especialmente da Pós-modernidade, que tendem ao comum da experiência existencial humana. Esse tipo de literatura se envolve nas dificuldades de vida dos pobres, dos despossuídos, dos marginalizados, dos desconhecidos sociais, dos esquecidos, dos marginais. A literatura de dissidência, contudo, não se restringe ao fundamento meramente – digamos – ideológico. Trata-se na verdade de textos cujas propostas ideológicas predominantemente defendidas se colocam ao lado dos desfavorecidos e marginalizados, mas também com estrutura discursiva identificadora, como a seguir comentarei. Tais textos fora-de-escola ou dissidentes estabelecem três campos dialógicos: (1) com a literatura de escola sua contemporânea e anterior de qualquer época; (2) com o mundo circunstante, especialmente com o mundo social (coletivo) e existencial (pessoal) de baixo e (3) com a literatura dissidente anterior, em cujo veio o texto se instala e simultaneamente se margeia relativamente à literatura-de-escola. Esse aspeto, o desenvolvimento paralelo da literatura de dissidência ao longo da literatura hegemônica escolar, é que lhe dá caráter de resistência diacrônica, já que peculiariza o veio propriamente dito dessa literatura. Como se percebe, a literatura de dissidência mantém um diálogo de tripla face, que se poderia adjetivar de cuidadoso, porque não o converte em confronto, i. é, não muda o foco da discussão ideológica, ou seja, não foca a voz do outro, mas os temas propostos. Isso assegura a permanência dialógica do debate. O objeto da discussão é sempre o mundo circunstante, as dificuldades que os órfãos do poder encontram em questões de sobrevivência, de justiça etc. A literatura de dissidência permanece, por isso mesmo, na dissidência. Ilumina os problemas, questiona dialogicamente a literatura estabelecida, mas não procura assumir a hegemonia. Se procurasse isso, deixaria de ser – digamos, intencionalmente – o que é, mesmo antes de deixar de sê-lo efetivamente.

A história – se for possível admitir esse termo – da literatura de dissidência se faz presente no desenvolvimento da literatura escrita ocidental, comprovadamente, desde o primeiro século. Trata-se de textos como *Satiricon* e *O asno de ouro*, cuja permanência permitiu a persistência do veio, que refluiria para instaurar, p. ex., a conhecida literatura picaresca europeia, que na Espanha conquistou grande interesse durante algum tempo e se mantém atual. No Brasil, esse veio literário seria denominado literatura neopicaresca por Mario González. A literatura de dissidência, contudo, não se confunde simplesmente com a neopicaresca, i. é, não se limita a isso. A literatura de dissidência se refaz contraideologicamente com relação aos textos e às leituras canônicas apoiadas nos princípios escolares. Textos dissidentes são textos vinculados aos meios populares subalternos dependentes do poder legalizado, fundamentados em aspirações populares. Expressam valores do povo geral. Não apenas têm o povo geral como objeto da trama, como também promulgam a defesa de interesses que se localizam fora dos limites do poder legalmente constituído, que a sequência escolar-literária a seu modo defende. Continuam as tradições da reconstrução discursiva e da resistência ideológica, a partir dos pressupostos discursivos da população tradicionalmente sem prestígio e ideológicos de defesa das aspirações dos deserdados do poder e da vida como se espera, pelo menos minimamente, que ela seja.

A reconstrução discursiva (na verdade, a elaboração da interdiscursividade) diz respeito à negação da concepção renascentista da criação. Não há criação, porque o homem não é o rei da criação e não herda os dons divinos da criação. O que fazemos é a elaboração e a reelaboração do discurso identitário da condição ideológica que defendemos. Por isso, alguns textos de dissidência, como *Macunaíma*, p. ex., parecem encerrar capítulos sem fechar o enredo. Isso ocorre exatamente porque o discurso é aí primordial e essencial. O discurso identifica o falante-narrador ou o texto propriamente dito dessa literatura, como é o caso do texto do *herói sem nenhum caráter*. Do ponto de vista ideológico, essa literatura deixa transparecerem, em leitura especialmente orientada para esse tipo de texto, os mecanismos do poder, cossustentados pela língua colonizante e alienante (a única língua que pode ser veículo, porque e quando não expressa a comunidade cultural que a maneja) e pelo procedimento ideológico sacralizador-hegemônico de leitura. A leitura dissidente está marcada pelo procedimento dialógico entre leitor e texto, baseado no princípio da carnavalização, como o entendeu e teorizou Bakhtin. É necessário ler o que está por trás do que ali parece estar: não apenas a leitura alegórica: deve-se procurar o inverso da imagem, ou a imagem da carta de baralho, conforme exemplificou o teórico russo.

Esses textos circunscrevem os enredos a estratos sociais e a ambientes específicos. Como é impossível um enredo circunscrito exclusivamente a determinada situação social, é indispensável ler o conjunto social, para ler o alcance do texto. Então, p. ex., ao examinar como os pobres e desamparados vivem, por que furtam e às vezes trapaceiam, percebemos nitidamente por que vivem assim. Conseqüentemente se chega à condição como vive o poder que os obriga a viver assim, sem às vezes sequer mencionar qualquer forma exterior de poder opressor.

O texto dissidente, examinado sob os pontos de vista técnico e ideológico, é também um texto híbrido. A noção de hibridez aqui considerada toma o conceito híbrido na qualidade de conjunção cultural (e literária) em que não há predominância determinante nem tendência à absorção deliberada. A hibridação ocorre em função da isenção da pureza, digamos, parnasiana (para fechar a ilustração da questão). Como a pureza não existe, o texto híbrido despreza essa condição idealizante. O discurso, p. ex., é o discurso da oralidade das ruas, do campo etc, de onde quer que possa vir a fala da necessidade. Não há fronteiras epocais nem discursivas nem genérico-técnicas para o texto dissidente. Daí sua hibridação histórica, ideológica e linguístico-discursiva. No diálogo que a literatura de dissidência estabelece com a literatura análoga anterior, de mesmo veio, não há restrição de fronteira política, nem étnica, nem qualquer outra. Há causas históricas para o desenvolvimento maior ou menor dessa literatura, a partir do Renascimento, como informa Bronislaw Geremek.

A ausência de fronteiras é observável no exemplo anteriormente explicitado da relação da neopicaresca com a picaresca (e com a própria dissidência). A dissidência, no entanto, não se limita ao caráter neopicaresco do texto ou neopícaro do personagem, de fato nem precisa deles, mas se estriba na resistência ao poder em qualquer situação em que ele distorça ou negue os interesses sociais da população de baixo. A dissidência, por seu caráter, digamos híbrido, nega, na própria existência, o epigonismo. A dissidência, rebelde ao enquadramento dos textos às circunscrições das escolas literárias, não pressupõe o texto prógono, o que hipoteticamente encerra as condições específicas da escola, as que possibilitam à crítica um exame de enquadramento parametral.

No estudo da literatura de dissidência, estamos diante de um veio que explodiu com vantagens a partir dos anos oitenta do século 20. No Brasil, ainda que como raridade, ele se presentifica em *Memórias de um sargento de milícias* (1854). Foi precisamente sobre o folhetim de Manuel Antônio de Almeida que Mário de Andrade levantou a hipótese de filiação ao antigo veio, ao qual também filiou as obras de Petronio e Apuleio. Mário de Andrade escreveu o esboço de *Macunaíma* em 1926, mas o publicou dois anos mais tarde, necessariamente utilizados no processo de reelaboração. O núcleo narrativo da rapsódia é, como comentei acima, o discurso – o interdiscurso, de fato – que o distingue. Por isso os episódios nem sempre detêm o interesse principal. Por essa razão o narrador enfatiza: “[...] só o papagaio no silêncio do Uraricoera preservava do esquecimento os casos e a fala desaparecida. [...] depois abriu asa rumo de Lisboa. [...] e eu fiquei pra vos contar a história”.

A resistência permanece clara em *Manuscrito holandês*, de Cavalcanti Proença. A interdiscursividade também é evidente no texto em que age o herói Mitavaí. Devo expressar, mesmo, que me surpreende há bastante tempo o desconhecimento restrito desse texto decisivamente importante, para compreender a literatura de dissidência. Tampouco é desprezível o fato de que a publicação do *Grande sertão: veredas* (1956) precede a do *Manuscrito* em apenas três anos. A construção da dissidência, para exemplificar o procedimento textual, se dá no texto de Proença pelo automargeamento com relação à grande literatura (a escolar) – característico da literatura que aqui me

ocupa –, tomando como baliza a narrativa de Riobaldo; simultaneamente o *Manuscrito* se alinha à dissidência pelas aproximações evidentes à rapsódia mário-andradina, ao *Quixote* e a outros textos, pelo processo do diálogo interdiscursivo e também intertextual. Assim como a resistência ideológica, portanto, são presenças marcantes no *Manuscrito* a dialogicidade do texto e sua interdiscursividade.

A partir dos anos oitenta, se torna frequente a emergência do personagem (protagonista ou não) representativo do povo de baixo, o anti-herói pós-moderno, de configuração coletiva, elaborado na tradição do *Lazarillo* e outros. É assim que em 1982 surge o romance *O tatu*. O protagonista homônimo, o nome dos homens sem nome nem face do dia-a-dia, alegoria narrativa dos homens do subsolo, ou melhor, da toca, nesse caso, maneja um discurso diversificado, mas nos limites da fala do homem de baixo, da rua, do campo, do litoral. Trata-se do discurso do homem espoliado e sem horizontes concretizáveis. No caso do romance, cada capítulo discute uma situação desse homem, sempre na condição de dependência e de subserviência exigidas pelo poder legal. Para compreender facilmente a elaboração discursiva de *O tatu*, utilizo a referência de Fabiano, que caracteriza o discurso narrativo ao longo dos episódios de *Vidas secas* a partir das reflexões que faz a respeito de ser homem ou ser bicho, ainda que não seja o narrador. *O tatu* também faz isso, mas Tatu é parcialmente o narrador; quando não o é, a narrativa, ainda assim, se faz na perspectiva dele. Dessa forma, a polifonia de vozes que se pode detetar no romance se origina nas diversas situações da condição de dependência. A toca está, afinal, abaixo do solo, sob os pés de quem vive sobre ele. Sob outro aspeto, o fato de ser um romance já indica a ideia da reconstrução, da recriação, e assim se estabelece como dialógico-interdiscursivo. O antecedente de ser o protagonista oriundo de uma narrativa popular versificada anônima, conhecida também como folclórica no Rio Grande do Sul, põe o texto de Donald Schüler no alinhamento da dissidência.

Outras narrativas poderiam ser ainda citadas. Entre elas, foi possível comprovar condições técnico-teóricas da dissidência em *Império caboclo* e *Pedro de Malas Artes*, do mesmo autor de *O tatu*; em *Memorial de Santa Cruz*, de Sinval Medina; em *Meu tio Atahualpa*, de Carvalho Neto; em *Utopia selvagem* de Darcy Ribeiro; em *Vida e aventura de Pedro Malasarte* de José Vieira.

Referências

- ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. Ed. crít. por Cecília de Lara. Rio de Janeiro: LTC, 1978.
- ANDRADE, Mário de. Introdução. In ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. Ed. crít. por Cecília de Lara. Rio de Janeiro: LTC, 1978.
- _. *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*. Ed. crít. por Telê P. A. Lopez. Rio de Janeiro: LTC; São Paulo: Secr. da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1978.
- APULEIO. *O burro de ouro*. Trad. por Francisco Antônio de Campos. Intr. por Eudoro de Sousa. Lisboa: Estampa, 1978.

- BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Trad. por Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.
- CARVALHO NETO, Paulo de. *Meu tio Atahualpa*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.
- GEREMEK, Bronislaw. *Os filhos de Caim: vagabundos e miseráveis na literatura europeia: 1400-1700*. Trad. do polonês por Henryk Siewierski. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- GONZÁLEZ, Mario M. *O romance picaresco*. São Paulo: Ática, 1988.
- LOPES, Cicero Galeno. *Literatura e poder: a contribuição da literatura de dissidência*. Porto Alegre: UFRGS, 2005.
- _. *Reconstrução e dissidência* (estudo em três narrativas brasileiras). Tese (Doutorado em Letras, Literatura Brasileira) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.
- MEDINA, Sinval. *Memorial de Santa Cruz*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- PETRÔNIO. *Satiricon*. Trad. por Miguel Ruas. Intr. por G. D. Leoni. Rio de Janeiro: Tecnoprint, [s. d.].
- PROENÇA, M. Cavalcanti. *Manuscrito holandês ou a peleja do caboclo Mitavaí com o monstro Macobeba*. Rio de Janeiro: Antunes, 1959.
- SCHÜLER, Donald. *A poesia no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto : IEL, 1987.
- _. *Império caboclo*. Florianópolis: UFSC : FCC; Porto Alegre: Movimento, 1994.
- _. *O tatu*. Porto Alegre: Movimento, 1982.
- _. *Pedro de Malas Artes*. Porto Alegre: Movimento, 1992.
- VIEIRA, José. *Vida e aventura de Pedro Malasarte*. João Pessoa: A União, 1980.

Bibliografia

- BARROS, Diana Luz Pessoa de, FIORIN, José Luiz (org.). *Dialogismo, polifonia, intertextualidade. Em torno de Bakhtin*. São Paulo: Edusp, 1994.
- BERND, Zilá; DE GRANDIS, Rita (org.). *Imprevisíveis Américas. Questões de hibridação cultural nas Américas*. Porto Alegre: Sagra D.C. Luzzatto : Abecan, 1995.
- GONZÁLEZ, Mario M. *A saga do anti-herói*. São Paulo: Nova Alexandria, 1994.
- MEYER, Augusto. *Cancioneiro gaúcho*. Porto Alegre: Globo, 1952.
- SCHÜLER, Donald. *Teoria do romance*. São Paulo: Ática, 1989.